

---

# Turismo rural e modernização – sua forma e função

Maria del Carmen M. H. Calvente\*

## RESUMO

O objetivo deste artigo é apresentar uma discussão teórica preliminar e reflexões a respeito do conceito de turismo e da noção de turismo rural, fenômeno recente na realidade brasileira. O turismo rural está dentro de um processo de diferenciação de formas de turismo, e pode abranger o que atualmente está sendo chamado pela mídia de “ecoturismo”, dependendo da perspectiva adotada. São brevemente apresentadas algumas experiências de turismo rural realizadas em alguns países (Alemanha, Espanha, Portugal, França, Grécia, Argentina e Uruguai), levantadas na bibliografia específica. Por fim, discutindo a realidade brasileira, coloca-se alguns aspectos das transformações do meio rural, entendendo o turismo rural como um aspecto no processo de modernização, que tem sido excludente, ao contrário do discurso teórico a respeito do turismo rural que o coloca como um fenômeno que pode ser revertido para o benefício da população local. O artigo é concluído com indicações de pesquisas necessárias relacionadas ao tema.

**PALAVRAS-CHAVES:** Desenvolvimento local, espaço geográfico, modernização, turismo rural, forma e função.

*Las ciencias sociales no pueden avanzar a través de deducciones puras a partir de cosas que se presumen conocidas. Es el conocimiento “auto-evidente” lo que debe constituir su objetivo principal.*  
(SHANIN, 1983, p.15)

ocorreu e sua importância em alguns países. Para entender a realidade brasileira apresenta a seguir a discussão da modernidade e da mundialização da economia conforme colocada por Milton SANTOS em obras recentes, sendo que por fim traz algumas reflexões a respeito da modernização do campo brasileiro e o turismo.

## INTRODUÇÃO

O turismo, hoje, aparece como um tema de grande interesse, com necessidade de estudos interdisciplinares. Este artigo surge de uma pesquisa geográfica em andamento sobre o turismo rural ainda na fase inicial mas, para os interessados pelo tema, poderá indicar algumas pesquisas necessárias na área das ciências sociais, assim como as possibilidades contraditórias que o turismo rural traz para a sociedade.

Discute primeiro o turismo rural propriamente dito, trazendo logo a seguir alguns questionamentos que as novas formas de turismo trazem. Através de informações levantadas na bibliografia apresenta como o turismo rural

## 1. O TURISMO RURAL

O turismo internacional movimenta atualmente quinhentos milhões de turistas/ano e 8% do PIB mundial (RODRIGUES, 1997). É uma prática social e uma atividade econômica de importância crescente, com reflexos marcantes nas mais diversas escalas, de internacional a local: provoca estagnação, deterioração e transformação, produção e reprodução de novos espaços. Neste século, gradativamente, a atividade turística deixou de ser praticada apenas por uma elite social e passou a ser popularizada. O aumento do tempo livre (considerado como o não dedicado ao trabalho) e o fenômeno de urbanização e metropolização

---

\* Docente de Geografia Humana da Universidade Estadual de Londrina, Departamento de Geociências: Caixa Postal 6001, CEP 86051-990, Londrina, Paraná. E-mail: fuscalve@sercomtel.com.br.

são destacados na explicação da importância crescente desta prática.

Relacionando também esta importância crescente com a nova organização do território mundial, pode-se citar RODRIGUES (1996, p. 17): *Num mundo globalizado o turismo apresenta-se em inúmeras modalidades, sob diversas fases evolutivas, que podem ocorrer sincronicamente num mesmo país, em escalas regionais ou locais. Expande-se em nível planetário, não poupando nenhum território...*

As mudanças do espaço rural estão relacionadas à mundialização e globalização da economia. Para FROEHLICH e RODRIGUES (1998, p. 68): *A velocidade crescente em todas as esferas da vida social, acompanhada de uma mundialização do consumo, onde os grupos humanos consomem bens materiais e simbólicos que se originam longe de suas fronteiras, ocorre concomitantemente um novo reposicionamento do espaço agrário.*

Também para SANTOS:

*Com a globalização, a especialização agrícola baseada na ciência e na técnica inclui o campo modernizado em uma lógica competitiva que acelera a entrada da racionalidade em todos os aspectos da atividade produtiva, desde a reorganização do território aos modelos de intercâmbio e invade até mesmo as relações interpessoais.* (1996, p. 242)

O litoral brasileiro, com maior intensidade nas áreas próximas aos grandes centros urbanos, passou por uma transformação significativa em decorrência da atividade turística, que provocou impactos que produziram desestruturação nas comunidades pesqueiras, trazendo uma nova lógica no valor das terras. À procura do lucro rápido, sem criar a necessária infra-estrutura, agentes econômicos incentivando o turismo trouxeram também um grande impacto ambiental. Nas discussões teóricas a respeito do turismo rural é sempre enfatizada a necessidade desta destruição não mais ocorrer nos novos espaços turísticos. Estes novos espaços turísticos já estão sendo criados no Brasil, através apenas de um olhar atento nos cadernos de turismo dos jornais pode-se observar que nesta última década ocorreu uma crescente interiorização do turismo.

O turismo rural, ainda pouco estudado, aparece como uma tendência importante na

produção do espaço. Mas o que vem a ser o turismo rural não é “auto-evidente”, como pode parecer. Discussões estão surgindo a respeito do turismo rural, e pode-se partir do fato que novas formas de turismo, não convencionais, vêm aparecendo. O turismo litorâneo, no modelo sol e praia, vai deixando gradativamente de ser a escolha de uma parcela dos usuários. Os movimentos ambientalistas e o processo de urbanização terminaram por valorizar paisagens naturais e com acomodações mais rústicas.

Há grande variação na compreensão do conceito de turismo e, principalmente, da noção de turismo rural, ainda pouco discutida. No início do século, mais exatamente no ano de 1905, GUYER (apud GARCÍA, 1995, p. 49) afirmava que:

*O turismo, no sentido moderno, é um fenômeno de nosso tempo que se explica pela necessidade crescente de descanso e de mudança de ares, pelo aparecimento e desenvolvimento do gosto pela beleza da paisagem, pela satisfação e bem-estar que se obtém da natureza virgem, mas, muito especialmente, pelas crescentes relações entre povos diferentes, pelo aumento das empresas fruto do desenvolvimento do comércio, das indústrias e das profissões e pelo aperfeiçoamento dos meios de transporte.*

Como ponto de partida, pode-se aceitar a definição de turismo feita por ELIAS (apud VALCÁRCCEL-RESALT et. al. – Coord., 1993): são consideradas como de turismo as atividades realizadas no tempo livre desenvolvidas fora do domicílio habitual e que produzem trocas monetárias. Os agentes governamentais e empresariais consideram também o turismo de negócios e de eventos, de importância para a organização e utilização da infra-estrutura. Para a OMT (Organização Mundial do Turismo) o turismo também está relacionado ao pernoite.

Em 1991 foi realizada pela OMT uma conferência em Ottawa – Conferência Internacional sobre Estatísticas de Viagens e Turismo – que tentou chegar a um consenso mundial sobre conceitos básicos de turismo. Recomendou definir turismo como:

*“...las actividades de las personas que se desplazan a un lugar distinto al de su entorno habitual, por menos de un determinado*

*tiempo y por un motivo principal distinto al de ejercer una actividad que se remunere en el lugar visitado y donde:*

*a) La noción de entorno habitual excluye como turísticos los desplazamientos dentro del lugar de residencia y los que tienen carácter rutinario.*

*b) La noción de duración por menos de un determinado tiempo implica que se excluyen las migraciones a largo plazo.*

*c) La noción motivo principal distinto al de ejercer una actividad que se remunere en el lugar visitado implica que se excluyen los movimientos migratorios de carácter laboral.”*

(GARCÍA, 1995, p. 52)

A viagem, segundo a OMT, pode ter como motivação férias, ócio, negócios, reuniões, congressos, conferências, saúde, esportes, religião, visitas a parentes e amigos etc. As exclusões são os deslocamentos para o exercício de uma atividade remunerada e as migrações.

Por conseqüência, e a grosso modo, o turismo rural seria aquele praticado no meio rural, em contraposição ao litoral e ao meio urbano. Para OXINALDE (apud GRAZIANO DA SILVA; VILARINHO e DALE, 1998, p. 12): *...o turismo rural engloba as modalidades de turismo (...) que não se excluem e que se complementam, de forma tal que o turismo no espaço rural é a soma de ecoturismo e turismo verde, turismo cultural, turismo esportivo, agroturismo e turismo de aventura.*

Mas este mesmo artigo coloca que alguns autores propõem a utilização do termo **turismo em espaço rural** ao referir-se aos movimentos turísticos que se desenvolvem neste, e reservar a expressão **turismo rural** para atividades que se identifiquem com as atividades do meio rural (principalmente o agroturismo, que se desenvolve no interior da propriedade rural, ligado ao seu cotidiano). Outra proposta vai surgir, oferecida pelos autores do artigo: adotar a denominação turismo rural quando os rendimentos são recebidos pela comunidade rural ou pelos agricultores.

Assim, o agroturismo seria uma modalidade do turismo rural, que por sua vez seria uma modalidade do turismo em espaço rural, já que dentro do turismo em espaço rural aparecem atividades que ocorrem no espaço rural mas que poderiam ocorrer em qualquer outro lugar:

competições, práticas esportivas, festas, turismo de negócio, turismo de saúde etc.

GARCÍA (1995) define o turismo rural como aquela atividade turística realizada em espaço rural, composta por uma oferta integrada para o tempo livre, dirigida a uma demanda cuja motivação é o contato com o ambiente autóctone e que tenha uma inter-relação com a sociedade local.

Torna-se importante para a clareza da noção colocar a discussão existente da diferenciação entre turismo rural e ecoturismo. A pergunta principal é se o ecoturismo é uma modalidade de turismo rural ou se seria uma modalidade de turismo em espaço rural. Em alguns países, e aqui no Brasil também pela EMBRATUR – Instituto Brasileiro de Turismo, o turismo realizado em áreas de conservação é chamado de ecoturismo, sendo que *...o chamado “turismo ecológico”, realizado em parques e reservas está também imbuído desse neo-mito de natureza intocada e selvagem.* (DIEGUES, 1994, p. 54) A paisagem natural é o atrativo principal.

Para BOULLON (1993) quatro características são necessárias para que a atividade possa ser chamada de ecoturismo: 1) possuir uma paisagem natural com biomas de interesse turístico; 2) ter um sistema administrativo que organize as visitas e informe os turistas sobre aspectos do que vai ser observado; 3) a experiência do usuário ser satisfatória quanto ao conhecimento dos ecossistemas visitados e 4) a exploração turística não colocar em perigo as bases de funcionamento desses ecossistemas. A perspectiva do autor, ao menos nesta obra consultada, é a inversa da até aqui colocada: considera o turismo rural uma variante do ecoturismo, onde os ecossistemas são culturais ao invés de naturais.

Já GARCÍA (1995) partindo de que a motivação principal do ecoturismo é o contato com a paisagem natural, coloca que é considerado ecoturismo o turismo que contribui realmente para a conservação, realizando-se por meio da criação de fundos financeiros para áreas protegidas, criando possibilidades de empregos para as comunidades locais e oferecendo educação ambiental para os visitantes.

GRAZIANO DA SILVA; VILARINHO e DALE (1998) consideram que o ecoturismo não é uma modalidade de turismo rural, pois em geral não tem relação com a dinâmica agropecuária da região, mesmo gerando renda para algumas

propriedades rurais. Colocam que poucas propriedades rurais brasileiras possuem paisagens naturais singulares que sirvam como atração principal, e que a renda gerada pelo ecoturismo pouco beneficia a população local, ficando concentradas nas mãos dos agentes intermediários dos centros urbanos.

Para os autores, o turismo rural estaria associado às seguintes atividades: fazenda-hotel (que é diferenciada do hotel-fazenda), pesque-pague, fazenda de caça, pousada, restaurante típico, vendas de artesanato e diretas do produtor, atividades estas ligadas ao modo de vida do homem no campo, e que significam uma diversificação necessária pela queda de rentabilidade dos negócios tradicionais. As atividades agropecuárias continuam a fazer parte do cotidiano da propriedade, sendo que os turistas são atendidos pelos familiares residentes, com uma contratação eventual de mão-de-obra.

A diferença colocada pelos autores entre hotel-fazenda e fazenda-hotel é bem clara: o hotel-fazenda é similar a qualquer outro hotel, estando no meio rural. Já na fazenda-hotel a propriedade agropecuária continua com suas atividades produtivas, e os hóspedes podem assistir ou participar deste cotidiano.

Além do hotel-fazenda e da fazenda-hotel, os autores destacam como atividades turísticas que estão surgindo ou crescendo em áreas rurais brasileiras as seguintes: chácaras de recreio e condomínios rurais; pesca amadora; turismo em rios e represas; complexos hípicas; leilões e exposições agropecuárias; festas e rodeios; fazendas de caça; fazendas escola; visitas programadas e cursos especiais; e artesanato para os turistas.

Já para RUSCHMANN (1998, p. 49), que optou por definir o que o turismo rural deveria ser: *...deve estar constituído sobre estruturas eminentemente rurais, de pequena escala, ao ar livre, proporcionando ao visitante o contato com a natureza, com a herança cultural das comunidades do campo, e as chamadas sociedades e práticas "tradicionais"*.

Posição diferente é tomada por RODRIGUES (1998), que analisa o que o turismo rural é, e pela falta de critérios existentes para diferenciar o ecoturismo do turismo rural passa a utilizar a denominação "turismo eco-rural" onde identifica o fato de atender nichos de demanda e propor visitas de pequenos grupos

dirigidos às áreas de conservação e espaços rurais – colocando que como em qualquer outro tipo de turismo a "imagem" é vendida, a propagada autenticidade não existindo, sendo que os turistas procuram por essa imagem, sabendo que é uma imagem artificialmente criada ou não. O objetivo da atividade é o entretenimento, e como qualquer outra atividade econômica causa impactos sociais e ambientais.

O turismo rural e o ecoturismo são produtos que prometem e não podem cumprir a autenticidade, a identidade, o vínculo com o lugar, a relação íntima com a natureza e com o saber fazer das antigas gerações. Escreve a autora que, partindo da desmitificação, entendendo que o turismo rural é um produto e não uma panacéia, é mais fácil pensar em propostas sérias de conservação ambiental e de desenvolvimento em base local, pois os empresários sabem que a venda do produto está fundamentado na qualidade das condições ambientais e na segurança dos turistas.

Mais quatro posições quanto ao que é o turismo rural serão aqui colocadas: ZIMMERMANN (1998) afirma que o turismo é uma atividade econômica que traz conseqüências positivas e negativas, entre elas a busca de lucro a curto prazo. Considera que *...são todas as atividades turísticas endógenas desenvolvidas no meio ambiente natural e humano...* (p. 99). Apresentaria pontos em comum com o ecoturismo, o turismo cultural, o turismo de aventura e o turismo esportivo, às vezes ocorrendo isoladamente e às vezes ocorrendo em conjunto (a identidade da atividade seria dada pelo grau de atratividade no produto final); sendo *...produto que atende a demanda de uma clientela turística, atraída pela produção e consumo de bens e serviços no ambiente rural produtivo...* (p. 100). Teria como princípios o atendimento familiar, a harmonia, a autenticidade, a qualidade e o envolvimento da comunidade. O autor é diretor técnico da ABRATURR – Associação Brasileira de Turismo Rural.

Ao escrever sobre o turismo rural na Argentina, BARRERA (1998) enfatiza que o turismo rural é tanto aquele onde as pessoas se alojam em um estabelecimento agrícola quanto o feito pelos caçadores, pescadores, cientistas, estudantes, turistas de passagem e empresários que participam de um evento. Da perspectiva agropecuária, os serviços de alojamento,

alimentação e as atividades devem ser oferecidas pelos produtores agropecuários. Considera como modalidades do turismo rural: o agroturismo, o ecoturismo, o turismo cultural, o turismo de aventura, o turismo esportivo, o turismo técnico-científico, o turismo educativo, o turismo de evento, o turismo de saúde, o turismo gastronômico, o turismo em comunidade aborígine e o turismo em comunidade de recreação e retiro. O autor trabalha na Direção Nacional de Alimentação da Subsecretaria de Alimentação e Mercados da Secretaria de Agricultura, Gado, Pesca e Alimentação da Argentina.

Já MAILHOS (1998) em seu trabalho sobre o turismo rural no Uruguai, faz referência a certas características que o produto deve ter: atenção personalizada e convivência com a família na residência, entorno natural e/ou produtivo, participação em tarefas rurais com apoio didático, passeios guiados e gastronomia ligada aos produtos típicos. Diferencia três modalidades que estão ocorrendo no Uruguai: estabelecimentos por um dia (oferecem alimentação, passeios, jogos, esportes, aluguel de cavalos, loja, mostra de atividades rurais e *shows*) para excursões que chegam em ônibus de aproximadamente 45 pessoas; estâncias (hospedagem em propriedades rurais, com atividades agropecuárias e atendimento dado pelos proprietários) e hotel no campo (o similar ao hotel-fazenda, já discutido aqui). A autora é presidente da Sociedade Uruguiaia de Turismo Rural.

Por fim, em Portugal, segundo RIBEIRO (1998) vai aparecer o turismo de habitação (casarões e casas rústicas de reconhecido valor arquitetônico), o turismo rural (casas rústicas integradas à arquitetura típica regional) e o agroturismo (inserido em explorações agrícolas, onde os turistas podem participar dos trabalhos agrários). Nestas três modalidades é exigido que os proprietários também habitem a casa, já que recebem apoio financeiro do Estado. Mais recentemente apareceu o turismo de aldeia (conjunto de pelo menos cinco casas particulares situadas em uma aldeia) e casas de campo, sendo que nestas duas últimas modalidades as casas podem ser habitadas pelos proprietários ou não. Todas as modalidades estão incluídas no chamado TER (turismo em espaço rural).

Em síntese, a noção do que é (ou deve ser) o

turismo rural ainda está em processo de discussão, e podemos encontrar quatro possibilidades ao consultar a bibliografia específica:

- a) atividades turísticas realizadas no meio rural (todas que não realizadas na praia ou no meio urbano);
- b) atividades turísticas relacionadas às atividades comuns do meio rural (atividades agropecuárias, caminhadas e observações de paisagens naturais, pesca e caça, lazer em rios)
- c) serviço oferecido pela população rural, e quando a renda auferida fica com essa população;
- d) atividades realizadas em estabelecimento rural, onde as atividades produtivas agrícolas ou de pecuária fazem parte importante do atrativo.

O conceito de turismo rural para o espaço brasileiro deverá ser construído a partir da realidade concreta, e a diferenciação entre turismo em espaço rural e turismo rural, assim como entre ecoturismo e turismo rural estará subordinada à opção entre as quatro alternativas anteriores. Se nos itens *a* e *b* o ecoturismo pode ser considerado parte integrante do turismo rural, nos itens *c* e *d* isto não ocorre. Duas discussões estão relacionadas, principalmente nos estudos geográficos: o que é espaço e o que é espaço rural.

Pode-se considerar espaço geográfico como a interação entre configuração territorial e relações sociais, segundo SANTOS, que também enfatiza que: (a)...*compreensão da organização espacial, bem como de sua evolução, só se torna possível mediante a acurada interpretação do processo dialético entre formas, estrutura e funções através do tempo.* (1997b, p. 50).

Com base neste autor, entende-se forma como o aspecto visível do espaço, sendo que a forma pode continuar a mesma e a função transformar-se com o tempo. Por outro lado, a forma pode mudar e a função ser a mesma. Para RODRIGUES (1997) a função decompõe o espaço turístico em seus elementos – oferta, demanda, transporte, infra-estrutura, serviços, gestão e *marketing*, num tempo determinado. Já a estrutura espacial vai além da forma, pois expressa a dependência mútua entre as partes do todo.

O que está sendo discutido, neste momento, com relação ao turismo rural, não será um processo ligado à transformação da função, forma e estrutura? Mas pode ocorrer mudança de forma e função do espaço turístico, sem que ocorra mudanças na estrutura (as relações entre os diversos elementos)? O que está sendo transformado na estrutura do espaço turístico? E no espaço rural? As mudanças na estrutura estão, claramente, ligadas às mudanças nas relações sociais.

Por exemplo, vários trabalhos enfatizam que, se realizado de maneira diferente de como ocorreu no litoral, pensando numa ocupação em pequena escala e na coexistência do turismo com as atividades agrárias, o turismo rural pode possibilitar a manutenção da propriedade da terra e de construções históricas, diminuir o êxodo rural e propiciar ao morador urbano férias no campo, a um custo menor. Isto seria uma transformação do que ocorre na quase totalidade da atividade turística, ou no processo, forma, função e estrutura do espaço turístico brasileiro.

Escreve CAVACO (1996) que, dentro da criação de estratégias de desenvolvimento local, ocorreu um alargamento do conceito de desenvolvimento rural para além do agrícola, pensando-se em desenvolvimento endógeno, com os agentes locais, centrado nas necessidades da própria comunidade (chamado de desenvolvimento sustentável, ecodesenvolvimento ou desenvolvimento alternativo). O desenvolvimento local vai estar assentado na diversificação da economia: valorização dos produtos agrícolas, artesanais e de atividades ligadas ao turismo e à cultura.

Isto é ainda mais importante no agroturismo: é de pequena escala, ligado à comunidade existente e às suas formas de vida, o turista partilhando as habitações com os proprietários residentes, habitações que são remodeladas para proporcionar algum conforto, o que ocorre de uma forma espontânea ou é promovida oficialmente.

Na Europa, onde CAVACO realizou a pesquisa no artigo já citado, há uma progressiva perda de importância do mundo rural tradicional. Alguns lugares são meios sócioeconômicos residuais, com uma população envelhecida e com carência de elementos dinâmicos, cada vez mais isolada com o abandono da circulação ferroviária e rodoviária e ausência de automóveis

particulares, na época das auto-estradas e da informatização.

Aparece a idéia de regeneração rural, significando a definição do novo papel que o meio rural deve desempenhar na sociedade, além do abastecimento alimentar, função primordial desempenhada ao longo dos séculos. Certos espaços rurais deveriam tornar-se bens sociais e não privados, com uma conservação que traga empregos e melhore a qualidade de vida, resultando em usos múltiplos. Estes espaços seriam disponíveis para o lazer, educação ambiental e investigação científica.

## 2. NOVAS FORMAS DE TURISMO?

Constata-se que a concentração de fluxos turísticos em locais com grande oferta de equipamentos (praias quentes do Mediterrâneo, praias dos países tropicais, cidades com grande valor simbólico e/ou com patrimônio histórico-cultural) causou efeitos negativos e até mesmo repulsivos em parte da população local e sazonal (turística). Mesmo assim, para uma quantidade significativa de pessoas, as multidões e os dias agitados são grandes atrativos, em contraposição à rotina cotidiana dos outros meses do ano.

Para outros turistas ocorreu a procura de alternativas. Nestas alternativas aparece a utopia turística ou, conforme CAVACO (1996), o turismo do futuro: individualizado, em escala humana, de estrutura familiar e artesanal, culturalmente rico e não necessariamente dispendioso. Vários nomes são colocados a este turismo: turismo alternativo, ecoturismo, turismo verde, turismo leve, turismo responsável e turismo rural. São, segundo a autora:

*...formas de turismo que em princípio respeitam as capacidades de carga dos meios de acolhimento, em termos naturais, culturais e sociais, com conservação dos recursos locais, físicos e humanos, incluindo os de interesse turístico, diminuindo custos e elevando benefícios e, não menos importante, reduzindo as saídas de divisas... (p. 105).*

O termo turismo alternativo procura evidenciar uma certa oposição ao turismo internacional e nacional massificado, mas fica ambíguo, ao indicar uma substituição do turismo

de massas, sem impactos ou danos ou meio ou à sociedade local. O mais provável é que o chamado turismo alternativo não irá substituir, significativamente, o turismo convencional em termos econômicos e de preferências pessoais. E os impactos sociais e ambientais sempre irão existir, podendo porém serem minimizados.

Um dos papéis do turismo rural pode ser o de responder às necessidades de certos grupos de turistas, outro o de permitir um acréscimo ao rendimento das populações rurais e outro o de levar o turismo a áreas sem outras potencialidades de desenvolvimento econômico. Em Lages (SC), onde o turismo rural brasileiro surge, ou pelo menos primeiro aparece com essa denominação, significou a alternativa para criadores de gado, com terras de pouca fertilidade, quando a atividade econômica predominante ficou pouco atrativa economicamente.

Vários autores destacam a importância dos efeitos indiretos do turismo rural: melhoria da infra-estrutura e das comunicações, desenvolvimento da pequena produção e surgimento de atividades de lazer também para a população local.

Para BARRERA (1998) estes efeitos indiretos são os aspectos mais relevantes do ponto de vista sócioeconômico, pois uma análise que fique restrita à renda auferida diretamente irá concluir pela pouca importância da atividade.

Destaca a importância e necessidade da diversificação agrícola, onde o turismo rural pode ser a opção mais viável; a criação de empregos e valorização do modo de vida rural; a importância de mulheres e jovens na atividade; a valorização do patrimônio arquitetônico, sítios arqueológicos e aspectos naturais representativos do lugar; criação de mercado potencial para a produção local e, por último, a tendência de aparecer o associativismo, pela escala necessária para comercialização, capacitação, compra de insumos, procura de fontes de financiamento e assessorias.

Os documentos oficiais e a grande maioria dos textos relacionados ao turismo rural apresentam essa preocupação: que os recursos vindos do turismo fiquem com a população receptora. As políticas públicas com financiamentos e bônus fiscais poderiam influenciar nesse sentido. Pelo menos parte da oferta do turismo rural na Espanha, Grécia, Portugal e Alemanha foi financiada com recursos

vindos do LEADER (Ligação entre Ações de Desenvolvimento da Economia Rural), que deu apoio técnico e financeiro às regiões rurais da Comunidade Européia desfavorecidas (PRESVELOU, 1998; MAILHOS, 1998).

Na discussão a respeito do turismo rural no norte do Paraná já foi enfatizado que não se deveria contar com outras fontes de financiamento, mas mobilizar apenas os recursos financeiros que a comunidade local tenha como disponíveis. Para isso o turismo rural deveria se mostrar mais rentável que outras atividades, pois dificilmente o empresário irá investir pensando nos benefícios indiretos. Outra dificuldade que aqui surge é que a agricultura brasileira está descapitalizada – os autores que estudam o campo brasileiro destacam que a taxa de acumulação no setor é muito baixa.

Interessante notar que a diversificação do turismo acontece junto com o processo mundial de diversificação e flexibilização da produção, para públicos diferenciados e entre as novas funções que o meio rural vem adquirindo: lazer, conservação e educação ambiental – ligadas à produção de bens e serviços não materiais, estudadas em um projeto temático desenvolvido na UNICAMP denominado *Caracterização do Novo Rural Brasileiro, 1981/95* (GRAZIANO DA SILVA; VILARINHO e DALE, 1998).

Este novo processo de produção é chamado de pós-fordismo, pois no fordismo aparece a lógica da produção em massa: grande quantidade e produtos iguais. Agora a produção passa por um processo onde é importante ser flexível, com produtos diferenciados para públicos diferenciados.

BUTLER (apud CAVACO, 1996) coloca uma importante reflexão: o turismo alternativo pode também trazer um importante impacto social e ambiental, pois se o número de turistas é sempre menor, as suas exigências e expectativas, infidelidade e mobilidade podem continuar as mesmas. Nem sempre o turismo alternativo é melhor que o turismo de massas.

Um problema observado em Portugal (de acordo com RIBEIRO, 1998) foi o de uma certa aversão dos proprietários em receber as pessoas dentro de suas próprias residências, assim como de alguns turistas que preferem uma privacidade maior do que a possibilitada por este contato estreito. A tentativa de que o turismo rural seja “autêntico” nesse sentido, de convivência estreita

com os proprietários da residência, pode também trazer esse problema.

Para CAVACO (op. cit.) o mais importante são as ofertas rurais, endógenas, dispersas em termos de alojamento, de locais de interesse a visitar e de atividades de lazer. Há necessidade de resolver, de forma adequada, a eletrificação, o abastecimento de água, o saneamento básico, a coleta de lixo doméstico e os serviços pessoais cotidianos e de saúde. Pode também surgir o turismo social, sem objetivo de lucros, mas apenas com a reprodução simples de capital, de modo a permitir a conservação operacional dos equipamentos e outros custos de funcionamento. Algumas ofertas turísticas exógenas, como hotéis-fazenda e parques temáticos, estão longe da idéia de desenvolvimento local.

Os espaços tradicionais, mais do que os técnicos, possuem força atrativa. A modernização visível destes espaços enfraqueceria seu potencial turístico. Mas a utilização destes espaços para o turismo, mesmo com sua aparência tradicional, já significa sua modernização: a forma é a mesma, mas a função é outra.

### 3. O TURISMO RURAL EM ALGUNS PAÍSES

O espaço rural, na Europa, não é um destino novo. Migrações de férias caracterizaram durante séculos as relações cidade/campo para a nobreza fundiária e burguesia urbana. Mas este deslocamento não tinha a dimensão econômica que possui hoje.

Através do levantamento feito por CAVACO (1996), observamos que já existe uma tradição de turismo rural na Suíça e na Áustria (com aluguel de quartos). Um quinto dos agricultores austríacos, suíços e suecos recebem visitantes, 8% de alemães e holandeses, 4% dos franceses e 2% de italianos. A procura turística de espaços rurais nestes países, nas últimas décadas, teve mudanças: nova clientela (classes médias e altas das sociedades urbanas), sem raízes rurais fortes.

Na Alemanha, o agroturismo é importante, pois procuram explorações agrícolas rústicas. São casais jovens, com crianças; e adultos com mais de cinquenta anos, residentes em cidades médias e grandes, com níveis escolares e socioeconômicos médios e superiores à média. Ocupam o tempo dormindo, repousando, passeando, andando a pé, conversando com

outras pessoas, ficando com as crianças, tomando banho em rios, bronzeando-se, andando a cavalo, visitando parques e reservas naturais e até participando nas atividades agrícolas.

Ainda na Alemanha o maciço de Rhön (que foi muito tempo dividido em dois pela Cortina de Ferro) foi declarado reserva da biosfera pela UNESCO e um projeto financiado pelo LEADER foi colocado em ação. Segundo PRESVELOU (1998) é uma região exclusivamente rural, tendo 12% da população ativa ocupada com o turismo. As dificuldades para o projeto turístico foram de caráter administrativo (compreende três estados, com 90 municípios), a diversidade das situações e a desconfiança dos habitantes. A implementação começou em 1993, sendo que os primeiros projetos resultaram na cooperação entre agricultores e donos de restaurante e o estabelecimento de uma linha de ônibus percorrendo todo o território.

Na Espanha dados de 1983 indicam que o espaço rural foi destino de férias para 44% da população que se deslocou das cidades com mais de cem mil habitantes. Cerca de 85% da procura está ligada à origem rural, são pessoas que instalam-se em casas de familiares, amigos ou próprias. Um fluxo mais reduzido é o de classes médias e altas, que ocupam alojamentos comerciais e sentem falta de equipamentos recreativo-desportivos e de animação sociocultural (CAVACO, 1996).

PRESVELOU (1998) refere-se ao apoio do LEADER na Espanha, em Asturias (Oscos). A região é constituída por sete municípios, com reservas naturais e vestígios pré-romanos. Elaboraram uma "carta de qualidade" com as condições para o estabelecimento do turismo rural. A cultura popular tradicional transformou-se em potencial econômico, tendo sido criado 27 empregos fixos e 8 sazonais.

Em Portugal, cerca de um terço da população que viaja nas férias vai para o interior, principalmente o Interior Norte (CAVACO, op. cit.). Estas áreas são freqüentadas principalmente pelas classes de menor poder econômico e pela população residente na própria região. Quase metade declara-se insatisfeita, pelo custo elevado dos alojamentos e transportes. O campo, enquanto destino turístico, parece ir ganhando força em Portugal, até pela segmentação das férias, gozadas em dois períodos.

O processo ocorre da seguinte maneira, segundo a autora: numa primeira fase, procuram-se quartos nas casas das famílias residentes. O aluguel destes quartos aumenta a carga de trabalho doméstico e perde-se a privacidade familiar, mas significa também, ainda que sazonalmente, a entrada de um certo valor monetário extra, para amortização do investimento e valorização dos serviços prestados, como alojamento e refeições. Depois, passa-se à remodelação de antigas construções, criando alojamentos independentes, às quais se juntam edificações de novos alojamentos. Este processo, conforme descrito até aqui, foi localizado no turismo rural brasileiro em Santa Catarina, na região de Lages.

Em Portugal, em alguns lugares, ocorre a renovação da hotelaria tradicional ou a construção de pequenos hotéis rurais e acampamentos. As iniciativas são internas – agricultores e poder local – e, mais raramente, externas, com a procura de lucro, ou o turismo social (colônias de férias, albergues de grupos específicos). Alguns empresários criaram equipamentos complementares (restaurantes, bares e atividades de recreação). Ocorreu uma procura urbana, em determinados lugares, por velhas casas que foram remodeladas, para a utilização como segunda residência. Esgotadas estas casas, passou-se à procura de lotes para novas construções.

Segundo LAURENT e MAMDY (1998) o turismo rural na França é disperso, mesmo assim representando mais de 50% da capacidade total de alojamento do país. No início era visto com preconceitos por ser mais barato, pobre em serviços e uma opção para quem não podia ir à praia, mas hoje já representa uma opção para férias diferentes ou para estadias mais curtas. Há um certo desânimo dos empresários do turismo rural, que muitas vezes estão isolados, com problemas de gestão das empresas familiares e com dificuldades para adaptar-se às exigências dos turistas. No espaço rural aparecem acampamentos (alguns estão localizados em fazendas), hotéis rurais, pousadas rurais e pousadas para as crianças. São importantes a gastronomia, a enologia, a tradição e o folclore. Colocam que foi necessário um subsídio para incentivar os interessados, públicos ou privados, na realização de obras para alojamento ou recreação.

Na Grécia três programas financiados pelo LEADER foram apresentados por PRESVELOU (1998): um em Evros (Trácia), outro em Oropedio Lassithiou (Creta) e o último em Amavrakikos (Epire). Em Evros um antigo pântano foi transformado em lago artificial; criou-se um centro de artesanato, com as mulheres confeccionando artigos de seda; foi construído um parque ao redor de um antigo aqueduto, com um café gerenciado por mulheres, que produzem doces, frutas cristalizadas, cerâmica e confecções; e uma cooperativa de jovens organiza estadias de uma semana, integrando sítios arqueológicos, centros artesanais etc.

Em Oropedio Lassithiou os moinhos de vento, típicos, estavam sendo abandonados. Ocorreu um trabalho para a valorização dos moinhos como símbolos da identidade regional. Jovens fizeram estágio e aprenderam a construir e restaurar moinhos. Este estágio gerou empregos para os jovens, a valorização dos artesãos e a revitalização de pequenas empresas provedoras. Um museu foi organizado e outro construído, uma empresa de cerâmica conseguiu subsídio para comprar equipamento, abriram-se também restaurantes e pequenos hotéis. O trabalho conjunto das organizações locais (que ocorreu pela primeira vez) é destacado.

Amavrakikos é um golfo que serve de habitat ou de área de repouso para aves selvagens em vias de extinção. Possui também um patrimônio histórico e arqueológico. O financiamento do LEADER visa o desenvolvimento do ecoturismo, prevendo um conjunto de atividades de lazer (passeios em lagos, observação de pássaros, festivais etc.) e trilhas.

Na América do Sul, BARRERA (1998) refere-se ao turismo rural na Argentina, sendo que este foi estudado apenas na Patagônia, tendo sido criada em 1997 a Rede Argentina de Turismo Rural, dependente da Secretaria de Agricultura, Gado, Pesca e Alimentação. Observa-se, pela leitura do artigo, que o turismo rural está em seu início.

O mesmo ocorre no Uruguai, segundo MAILHOS (1998), onde as primeiras experiências foram organizadas por intermediários, surgindo depois a Sociedade Uruguaia de Turismo Rural (em 1995). Um aspecto destacado é a importância das mulheres e filhos de proprietários na organização e administração da atividade. Coloca também que

o produto turismo rural é difícil de vender, e os operadores turísticos, neste início, o estão considerando pouco possível ou prático. Também é destacado o fomento do associativismo, com a oferta de pacotes complementares entre os diversos estabelecimentos.

Em síntese, observa-se na maior parte destes países algumas características:

- a) financiamento e subsídio estatal;
- b) importância das mulheres e jovens para a oferta;
- c) oferta dispersa, principalmente em pequena escala, com mão-de-obra familiar;
- d) valorização pelo poder público dos efeitos indiretos trazidos pelo turismo rural;
- e) fomento do associativismo e criação de organizações específicas;
- f) dificuldades com os operadores de turismo tradicionais;
- g) custo da estadia para os turistas de baixo a alto (grande variação);
- h) diversidade grande quanto às atividades ofertadas.

Mas o processo ocorrido na Europa e mesmo em outros países da América Latina, relacionado ao turismo rural, necessariamente não será o mesmo do que ocorrerá no Brasil. A dinâmica brasileira é outra, e torna-se importante entender o processo de modernização brasileira, pois como consequência o turismo rural irá apresentar formas e funções diferentes.

#### 4. A MODERNIDADE BRASILEIRA

Como uma breve introdução ao assunto, pode-se dizer que, para SANTOS (1997a), o espaço geográfico atual é um meio técnico-científico, sendo este a resposta geográfica ao processo de globalização. No início da vida social, o homem escolhia o que lhe podia ser útil à sobrevivência, no seu pedaço de natureza, o lugar. A partir daí inicia a mecanização do planeta, tendo sua ação efeitos continuados e acumulativos, trazendo como consequência o grave problema do espaço do homem, um espaço social, estudado pela Geografia.

No início, cada grupo humano construía seu espaço com técnicas e materiais próprios. O comércio entre as coletividades introduziu novas

lógicas, desejos e necessidades. A organização do espaço e da sociedade começa a ocorrer sem correspondência com as necessidades íntimas de cada grupo.

Hoje, com a economia mundializada, todas as sociedades possuem, de forma mais ou menos total, um modelo técnico único. A mundialização unifica o planeta: suas mais diferentes partes estão ao alcance dos mais diversos capitais. A ligação é mundial, guiando os investimentos, a circulação de riquezas e a distribuição de mercadorias. Mas cada lugar é o ponto de encontro de lógicas em diversas escalas, que às vezes são contrárias entre si. Cada lugar não pode mais ser explicado em si mesmo, como ocorria na Geografia Tradicional. Acrescenta SANTOS (1997a) ao conceito de lugar: *Assim se redefinem os lugares: como ponto de encontro de interesses longínquos e próximos, mundiais e locais, manifestados segundo uma gama de classificações que está se ampliando e mudando...*(p. 18-19).

O território inclui, hoje, obrigatoriamente, ciência, tecnologia e informação. As relações hegemônicas instalam-se neste meio técnico-científico informacional, participando do comércio internacional. As possibilidades de transmitir, à distância, produtos e ordens, determinam especializações produtivas mundiais. A especialização cria a necessidade de circulação. Fluxos de informações são responsáveis por novas hierarquias e polarizações, como organizadores de sistemas urbanos e da dinâmica espacial. *Quanto mais a globalização se aprofunda, impondo regulações verticais novas a regulações horizontais preexistentes, tanto mais forte é a tensão entre globalidade e localidade, entre o mundo e o lugar. Mas, quanto mais o mundo se afirma no lugar, tanto mais este último se torna único.* (SANTOS, op. cit., p. 56)

Mas, conforme colocado pelo autor, a racionalidade dominante não é forçosamente a superior, nem a única possível, e a questão torna-se descobrir e pôr em prática novas racionalidades, de acordo com a ordem desejada pelos homens no lugar. Chama a isto de "contrafinalidades". Pode-se pensar que a procura por um turismo, no Brasil, que tenha uma função social, além da econômica, poderia estar contida nestas contrafinalidades.

Nas palavras do autor: *Nesse sentido, as cidades regionais podem tornar-se o "locus" de*

*um novo tipo de planejamento, que desafie as verticalidades que as sociedades locais não podem comandar e imponham contrafinalidades, isto é, “irracionalidades” do ponto de vista da racionalidade que lhes é sobreposta.* (op. cit., p. 94)

Um planejamento comprometido com os interesses da maioria da população poderia tentar organizar um turismo que trouxesse benefícios à esta população. Se para alguns isto é uma utopia turística, esta utopia é importante para ser colocada como meta, mesmo que não seja realizada completamente. Uma outra citação de SANTOS (op. cit., p. 116) pode ser aqui colocada:

*Entre o que somos e o que desejamos ser, entre os impasses atuais e as possibilidades e esperanças, jamais o homem e as regiões tanto necessitaram do conhecimento. Tudo começa com o conhecimento do mundo e se amplía com o conhecimento do lugar, tarefa conjunta que é hoje tanto mais possível porque cada lugar é o mundo. É daí que advém uma possibilidade de ação. Conhecendo os mecanismos do mundo, percebemos por que as intencionalidades estranhas vêm instalar-se em um dado lugar, e nos armamos para sugerir o que fazer no interesse social.*

Afirma o autor, na mesma obra, que no Brasil alguns fatos da modernização devem ser ressaltados: um grande desenvolvimento da configuração territorial, da produção material e da produção não material: saúde, educação, informação e lazer (aí pode-se incluir o turismo, uma forma de lazer), e um modelo econômico distorcido, privilegiando a produção orientada para fora e um consumo que serve a menos de um terço da população, em lugar de um consumo das coisas essenciais, para a totalidade desta. No Sul e Sudeste brasileiros há uma diferenciação territorial do trabalho ampliada, com grande fluidez do território (autopistas e estradas vicinais).

Mas qual seria a demanda para o turismo rural no Brasil? E nas diversas regiões brasileiras? Como consequência da ampliação da estrutura viária do Sul e Sudeste brasileiros, há uma acessibilidade maior dos indivíduos, facilitando portanto a atividade turística para uma demanda regional. Torna-se importante então investigar se o turismo rural no Brasil é valorizado pela

população da região (isto é, se existe demanda ou se esta pode ser criada) pois em alguns dos países aqui abordados, onde se estudou o turismo rural, a maior parte da demanda era formada por turistas estrangeiros. A outra parte, a dos turistas nacionais, é constituída por moradores das grandes cidades.

## 5. A MODERNIZAÇÃO DO CAMPO BRASILEIRO E O TURISMO

Desde o início a distribuição de terras no Brasil foi concentracionista: capitânias hereditárias, sesmarias e Lei de Terras de 1850. A modernização do campo não mudou este quadro, pois os novos espaços que foram tomados às nações indígenas aumentaram a concentração, sendo que nos últimos quarenta anos ocorreu um aumento violento da concentração fundiária.

A pergunta que surge é: será o turismo rural mais um mecanismo para a concentração de terras ou possibilitará o contrário? Esta concentração de terras está ocorrendo com grande força no sul do Brasil, incluindo o norte do Paraná, que tem uma história de colonização baseada em pequenas propriedades.

Deve-se notar que algumas vezes o turismo rural está sendo colocado como a construção de parques temáticos. Uma notícia no jornal considerava a construção do “Triple J Ranch”, com um milhão e duzentos mil metros quadrados de área construída, em Boituva (SP), como um investimento no turismo rural (FOLHA DE SÃO PAULO, 01/07/97). Este mesmo empreendimento foi colocado por GRAZIANO DA SILVA; VILARINHO e DALE (1998) como um complexo hípico, modalidade de turismo no espaço rural e não como turismo rural.

Com relação ao turista, encontra-se entre dois extremos: o que não estabelece vínculos territoriais permanentes com o espaço para o qual se dirige e o que cria um vínculo permanente, gerando a segunda residência ou residência secundária. A venda de sítios ou chácaras para o lazer é uma variável, que pode diminuir a quantidade de terras disponíveis para a produção agrícola, não significando a concentração de terras nos dados estatísticos e sim o contrário, quando analisados.

Por outro lado, GRAZIANO DA SILVA,

VALARINHO e DALE (op. cit.) colocam que as chácaras de recreio e condomínios rurais combinam, em parte, as atividades de final de semana dos proprietários com alguma atividade produtiva: criação de abelhas, peixes, aves e outros pequenos animais; produção de flores e plantas ornamentais; frutas e hortaliças. Através dos estudos feitos no projeto “Caracterização do Novo Rural Brasileiro, 1981/95” concluíram que estas propriedades servem para manter a conservação do que restou da flora local na área, afastam as grandes culturas e criam empregos, assalariando antigos moradores como caseiros, podendo evitar a saída destas pessoas do campo.

Uma discussão que também pode ser aqui colocada, tendo como base uma pesquisa (CALVENTE, 1993) realizada sobre a transformação do espaço com o turismo no litoral de São Paulo (Ilhabela) é a importância da manutenção da posse ou da propriedade da terra. Um dado importante foi obtido: a grande maioria dos moradores tradicionais (caçaras) entrevistados optaria por permanecer no local, e já estavam com bastante informações sobre as dificuldades e desvantagens da moradia nas periferias das cidades. Mas uma das condições concretas (e a mais importante) para a permanência era a manutenção da posse da terra, pois se num primeiro momento eram contratados como caseiros e empregados domésticos, num segundo momento eram preteridos por migrantes, considerados melhor mão-de-obra. As famílias caçaras que conseguiram manter a terra eram os que estavam conseguindo obter uma qualidade de vida melhor com o turismo.

Mais uma referência pode ser feita com relação a esta modernização do campo brasileiro e de sua produção: o parque industrial expandiu-se, inclusive com fertilizantes, máquinas e implementos agrícolas que serão usados no campo. O processo de produzir no campo é, cada vez mais, um processo de consumo. O ritmo industrial está impondo a monocultura, usando-se produtos e adubos químicos, assim como colheitadeiras e tratores.

Ocorrem novas formas de consumo, num processo de sujeição ao modelo industrial. São criadas e recriadas novas necessidades. Um exemplo interessante e que traz a questão ambiental, no sentido de como está é incorporada e apropriada pelo capital pode ser observado na notícia com o título *Grifes criam moda sem*

*agrotóxico – Estilistas e agricultores querem aumentar o consumo de algodão “orgânico”, mais caro e difícil de cultivar* no jornal FOLHA DE SÃO PAULO (20/11/94) onde o articulista escreve: *Talvez o fator mais crucial a determinar se os produtores vão ou não passar a cultivar algodão orgânico será a capacidade de venda da idéia, pelo mundo da moda.*

Este texto pode trazer uma reflexão, pela contradição que fica aparente. Tanto pode-se pensar na importância do cultivo livre dos agrotóxicos, de uma maneira geral, e qualquer iniciativa pode ser bem-vinda, quanto qual é a importância de um mercado diferenciado, que pode ser chamado de “ecologicamente correto”, e que pode pagar um preço maior por uma calça produzida com este algodão, em um país com graves problemas sociais como o brasileiro.

Entre estas novas formas de consumo, contraditórias, aparece o consumo do espaço turístico. Trata-se do aproveitamento de diversos fatores físicos e culturais que convertem o território em um recurso com capacidade para ser explorado economicamente, dentro de uma condição subjetiva (a criação da demanda). Estes diversos fatores podem ser duráveis, mas são passíveis de destruição se utilizados sem cuidado, o que significa que devem ser defendidos dos próprios agentes que se beneficiam do território como um recurso, assim como dos possíveis usuários. A educação para o turismo torna-se uma necessidade, entendendo educação como um processo social, de responsabilidade de todos.

Esta necessidade também aparece nas chamadas formas alternativas de turismo. O turismo rural pode ser uma forma alternativa com relação ao modelo sol e praia, mas é necessário analisar o quanto de alternativa ele possui em relação ao modelo generalizado de turismo, ligado à uma determinada condição social e ao consumo predatório, difundido pela atividade turística.

No campo, o ritmo do trabalho depende muito mais da natureza, pois existe um limite biológico à aceleração dos ciclos reprodutores. Este próprio limite à aceleração do tempo pode ser um atrativo turístico. Para uma parcela dos habitantes urbanos, a ida ao campo significa fugir do tempo acelerado do cotidiano e aproximar-se dos fenômenos naturais. Várias questões surgem. Até que ponto o homem urbano, controlado pelo tempo formal, vai conseguir diminuir seu ritmo,

procurando o bem-estar? Como as atividades agrárias serão encaradas? Ocorrerá participação ou apenas observação?

No jornal FOLHA DE SÃO PAULO (30/06/97) um garoto adolescente da classe média paulistana orgulhava-se de acordar às seis horas da manhã e ir para o campo cortar cana, durante as férias. Declarava que vários amigos também tinham resolvido, durante este ano, passar as férias no que foi chamado, pelo jornal, de “intercâmbio rural”.

No artigo denominado *Tempo livre como objeto de consumo e lazer dirigido como oportunidade de manipulação*, RODRIGUES escreve que:

*O tempo livre torna-se um tempo social e o lazer torna-se um produto da sociedade de consumo, mercadoria que se vende e se compra. A evolução atual da sociedade industrial mostra que o tempo livre, longe de ser um tempo privado do indivíduo, do seu encontro consigo mesmo, torna-se um tempo social, ou seja, criador de novas relações sociais carregadas de novos valores.* (1997, p. 109)

Outro fator a ser destacado é a modernização do campo entendida como um incentivo à grande cultura. São as regiões Sul e Sudeste que recebem a maioria do crédito rural, e este está centralizado no Estado de São Paulo, e em segundo lugar no Estado do Paraná (GRAZIANO NETO, 1988). É dirigido, principalmente, para o café, soja, cana, algodão e trigo. Também há diferenças entre os produtores rurais. Os maiores produtores são os que conseguem obter o crédito e são os grandes produtores que se beneficiam com a política de crédito rural, incentivos fiscais e assistência técnica.

As pequenas propriedades, principalmente, apenas podem adequar-se para a recepção de turistas através de linhas de crédito, pois possuem, na maioria, uma taxa de acumulação de capital muito baixa. O turismo rural foi estimulado na Espanha e outros países da Comunidade Européia através do crédito estatal. Assim, se o crédito ligado ao turismo, via Estado, continuar sendo facilitado, na maior parte do país, apenas aos grandes proprietários, ou aos que possuem maior poder de acumulação, a colocada função do turismo rural de impedir a concentração de terras não vai ocorrer, e sim o contrário.

BOULLON (1993) enfatiza que o turismo rural se desenvolveu principalmente na Europa por este continente ter uma estrutura de espaço rural baseada em pequenos povoados dispersos por todo o território e pequenas propriedades rurais onde é possível alojar turistas, pois não há grandes diferenças sociais e culturais entre os camponeses e visitantes, principalmente as relacionadas ao conforto e tecnologias utilizadas.

Considera que na América Latina o quadro é diferente, correndo-se o risco do turismo rural ficar restringido aos grandes e médios estabelecimentos. E, com relação aos pequenos produtores e comunidades indígenas, o que pode ocorrer é uma curta permanência ou a construção de alojamentos e instalações especiais (enclaves turísticos) de onde saem as excursões para a observação.

Nas zonas brasileiras de ocupação antiga a concentração de terras dá-se com as pequenas propriedades sendo adquiridas pelas grandes. No Paraná, são os produtores de soja que têm comprado as menores propriedades. Assim, torna-se importante um planejamento, dentro da política estatal, pensando em reais possibilidades de crédito para pequenos projetos turísticos em espaços rurais.

Na modernização das relações de trabalho no campo brasileiro um grande contingente de mão-de-obra, antes necessário, migrou para as periferias das maiores cidades, com o trabalhador bóia-fria sendo contrato sazonalmente, trazendo sérios problemas de falta de infra-estrutura e aumento de violência nestas cidades. As menores cidades do Paraná perderam população e dinamismo, enfrentando severa crise. Estão à procura de alternativas para a sobrevivência dos seus habitantes.

Em fevereiro do ano de 1997, durante o 1º Fórum de Turismo do Norte do Paraná, realizado em Londrina, com representantes das prefeituras de vários municípios, de médios a pequenos, o turismo era colocado pela EMBRATUR e outras instituições como uma possibilidade para a criação de empregos e melhoria das condições de vida no campo e na cidade.

Em suma, algumas questões podem ser objeto de estudos, relacionadas às formas e funções do turismo rural:

- a) a estrutura fundiária (concentração de terras e condomínios ou chácaras de recreio);

- b) o trabalho (surgimento de novos empregos, transformação nos existentes, origem da mão-de-obra, tipo de empregos que surgem);
- c) a criação de novas necessidades e a transformação no processo de produção;
- d) a relação entre educação formal e informal e o turismo;
- e) os tipos de convivência entre os turistas e as atividades produtivas;
- f) o crédito e subsídios estatais.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O turismo rural, que hoje se apresenta como um elemento na organização do espaço rural, pode ser entendido como uma outra faceta da modernização. A modernização brasileira foi, sempre, excludente, e no espaço rural significou uma transformação violenta nos modos de vida, com uma grande quantidade de pessoas migrando para as cidades.

Qualquer planejamento comprometido com a maioria da população deve pensar em algumas das possibilidades que têm sido colocadas para o turismo rural: geração de empregos, manutenção da pequena e média propriedade rural assim como de obras arquitetônicas de valor histórico e/ou artístico, conservação de paisagens com valor cênico ou dado pela biodiversidade existente ou pelo critério da raridade e criação de locais de lazer e turismo com baixo ou médio custo para o morador urbano. Por outro lado, é necessário evitar que esta atividade torne-se completamente dominada por uma lógica externa aos interesses da população local.

Outro aspecto a ser destacado é a importância de pensar, antes da implementação, na conservação destes espaços, pois o turismo pode ser extremamente predatório, e neste sentido surge a ligação importante entre turismo e educação, entendendo aqui educação como um processo permanente, que vai além da transmissão e recepção de conhecimentos, mas para a qual a troca de informações é importante, sendo esta educação necessária para promotores e usuários da atividade turística, para conseguir-se um turismo com menor impacto ao meio.

Como qualquer outra atividade humana, o turismo é carregado de complexidades: uma visão crítica do turismo, sem colocá-lo a princípio como negativo ou positivo, aceitando a contingência e

procurando entendê-lo dentro das contradições próprias da sociedade, torna-se necessária.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARRERA, Ernesto. Situación del turismo rural en la Republica Argentina in ALMEIDA, Joaquim A; FROEHLICH, José M; RIEDL, Mário (Org.) *Turismo Rural e Desenvolvimento Sustentável*. Santa Maria: Universidade Federal, 1998.
- BOULLON, Roberto. *Ecoturismo – Sistemas Naturales y Urbanos*. Buenos Aires: Libreria Turística, 1993.
- CALVENTE, Maria del C. M. H. *No Território do Azul-Marinho – A busca do espaço caiçara*. São Paulo: USP/Dep. de Geografia, 1993 (Dissertação de mestrado).
- CAVACO, Carminda. *Turismo Rural e Desenvolvimento Local* in RODRIGUES, Adyr B. *Turismo e Geografia – Reflexões Teóricas e Enfoque Regionais*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- DIEGUES, Antonio C. S. *O Mito Moderno da Natureza Intocada*. São Paulo: NUPAUB/USP, 1994.
- FOLHA DE SÃO PAULO, Caderno Ciência. *Grifes criam moda sem agrotóxico*. São Paulo: 20/11/94, p. 16.
- FOLHA DE SÃO PAULO, Folhateen. *Garotos investem em férias originais*. São Paulo, 30/06/97, p.5.
- FOLHA DE SÃO PAULO, Agrofolha. *Empresários investem na área country*. São Paulo, 01/07/97, p. 6.
- FROEHLICH, José M.; RODRIGUES, Ivone da S. *Atividade turística e espaço agrário – considerações exploratórias sobre o município de Restinga Seca – RS* in ALMEIDA, Joaquim A; FROEHLICH, José M; RIEDL, Mário (Org.) *Turismo Rural e Desenvolvimento Sustentável*. Santa Maria: Universidade Federal, 1998.
- GARCÍA, Rafael F. *El Turismo en España – Especial Referencia al Analisis de la Demanda*. Madrid: Instituto de Estudios Turísticos, 1995.
- GRAZIANO NETO, Francisco. *Questão Agrária e Ecologia – Crítica da moderna agricultura*. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- GRAZIANO DA SILVA, José; VILARINHO, Carlyle; DALE, Paul J. *Turismo em áreas rurais – suas possibilidades e limitações no Brasil* in ALMEIDA, Joaquim A; FROEHLICH, José M; RIEDL, Mário (Org.) *Turismo Rural e Desenvolvimento Sustentável*. Santa Maria: Universidade Federal, 1998.
- LAURENT, Christiane; MAMDY, Jean-François. *O turismo rural na França* in ALMEIDA, Joaquim A; FROEHLICH, José M; RIEDL, Mário (Org.) *Turismo Rural e Desenvolvimento Sustentável*. Santa Maria: Universidade Federal, 1998.

- MAILHOS, Victoria. *El turismo rural en el Uruguay* in ALMEIDA, Joaquim A; FROEHLICH, José M; RIEDL, Mário (Org.) *Turismo Rural e Desenvolvimento Sustentável*. Santa Maria: Universidade Federal, 1998.
- PRESVELOU, Clio. *Ações inovadoras em turismo rural* in ALMEIDA, Joaquim A; FROEHLICH, José M; RIEDL, Mário (Org.) *Turismo Rural e Desenvolvimento Sustentável*. Santa Maria: Universidade Federal, 1998.
- RIBEIRO, Manuela. *Turismo rural em Portugal – dos seus protagonistas principais e da sua configuração* in ALMEIDA, Joaquim A; FROEHLICH, José M; RIEDL, Mário (Org.) *Turismo Rural e Desenvolvimento Sustentável*. Santa Maria: Universidade Federal, 1998.
- RODRIGUES, Adyr A. B. Turismo eco-rural in ALMEIDA, Joaquim A; FROEHLICH, José M; RIEDL, Mário (Org.) *Turismo Rural e Desenvolvimento Sustentável*. Santa Maria: Universidade Federal, 1998.
- \_\_\_\_\_. *Turismo e Espaço – Rumo a um conhecimento transdisciplinar*. São Paulo: Hucitec, 1997.
- \_\_\_\_\_. *Desafios para os estudiosos do turismo in Turismo e Geografia – Reflexões Teóricas e Enfoques Regionais*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- RUSCHMAN, Doris v. d. M. *O turismo rural e desenvolvimento sustentável* in ALMEIDA, Joaquim A; FROEHLICH, José M; RIEDL, Mário (Org.) *Turismo Rural e Desenvolvimento Sustentável*. Santa Maria: Universidade Federal, 1998.
- SANTOS, Milton. *Técnica, Espaço, Tempo, Globalização e Meio Técnico-Científico Informativo*. São Paulo: Hucitec, 1997a.
- \_\_\_\_\_. *Espaço e Método*. São Paulo: Nobel, 1997b.
- \_\_\_\_\_. *A Natureza do Espaço. Técnica e Tempo – Razão e Emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SHANIN, Teodor. *La Clase Incómoda – Sociología política del campesinado en una sociedad en desarrollo (Rusia 1910-1925)*. Madrid: Alianza Editorial, 1983.
- VALCÁRCCEL-RESALT, Germán et al. (Coord.) *Desarrollo local, Turismo y Medio Ambiente*. Cuenca: Publicaciones de la Excma. Diputación Provincial de Cuenca, 1993.
- ZIMMERMANN, Adonis. Planejamento e organização do turismo rural no Brasil in ALMEIDA, Joaquim A; FROEHLICH, José M; RIEDL, Mário (Org.) *Turismo Rural e Desenvolvimento Sustentável*. Santa Maria: Universidade Federal, 1998.